

O FEMINISMO COMO ENFRENTAMENTO DO BIOPODER EM UMA SOCIEDADE PATRIARCAL

Ana Claudia Delajustine¹

RESUMO

O patriarcado é um sistema histórico de dominação, exploração e opressão para com as mulheres; entretanto, é inegável a afirmação de que é sob essa lógica patriarcal que se vive. Dessa forma, os outros sistemas que guiam a existência social, econômica e política dos seres humanos vai responder também ao patriarcado, como acontece com o biopoder. O biopoder afirma ser possível controlar a população a partir de seu duo vida-morte, porém, dentro de uma sociedade patriarcal, esse sistema controla populações específicas privadas de possuir o poder: as mulheres. Os movimentos feministas surgem como resistência pela vida com cidadania das mulheres e como método de enfrentamento de uma sociedade que permanece sob a lógica do patriarcado e das relações de poder.

Palavras chaves: Feminismo; Mulheres; Biopoder; Patriarcado.

1 INTRODUÇÃO

A conquista dos direitos humanos das mulheres foram marcados por diversas e constantes lutas reconhecidas por movimentos sociais e pelo feminismo ao longo da história, em prol de dignidade e cidadania plena para as mulheres. No processo de ampliação de direitos e da democracia, as mulheres não foram favorecidas da mesma maneira que os homens, tendo em vista os interesses políticos, sociais e econômicos predominantemente masculinos.

O biopoder surge em Foucault com o intuito de promover cuidado, pensando no ser humano enquanto ser social, e, dessa forma, a ótica do biopoder deveria agir em prol aos direitos humanos das mulheres. Entretanto, é necessário considerar o meio social em que o conceito de biopoder foi colocado em prática: o patriarcado. Com uma lógica de dominação, onde o poder foi atribuído historicamente aos homens, fazendo com que as leis fossem feitas por, e para, os próprios, as mulheres não possuem acesso aos privilégios sociais e políticos por uma união de sistemas: o patriarcado e o biopoder.

Dado que o movimento feminista possui demandas sociais, políticas e econômicas; e se faz necessário o entendimento de que ele (re)siste em uma sociedade patriarcal, de dominação e de controle dos corpos. Esse estudo abordará brevemente a historicidade do

¹ Graduada em Psicologia/UNIJUÍ, pós graduada em Arteterapia/Universidade de Passo Fundo e mestranda em Direitos Humanos/UNIJUÍ.

feminismo, estabelecendo o foco dentro da possibilidade de desconstrução do sistema patriarcal como método de promoção de identidade e resistência de gênero.

Essa pesquisa busca afirmar que o movimento feminista aparece como um método de enfrentamento ao sistema dominador, promovendo movimentos de reconhecimento coletivo e reafirmação de identidades capazes de penetrar as relações de poder que mantém vivo o patriarcado e oferecer uma vida social e política de maior cidadania.

2 O FEMINISMO COMO ENFRENTAMENTO DO BIOPODER EM UMA SOCIEDADE PATRIARCAL

2.1 O patriarcado

O feminismo atual relata que a experiência masculina é privilegiada historicamente, enquanto a feminina é desvalorizada; assim como os detentores do poder seguem sendo os homens, com a naturalidade de domínio sob as mulheres, inclusive, sob seus corpos. A primeira problemática é o patriarcado, sistema de dominação masculina.

O patriarcado é aqui entendido como um sistema de opressão e exploração sobre as mulheres; mas também diz respeito a uma forma de poder político. O sistema patriarcal se alimenta de do domínio masculino no ambiente privado e na organização das instituições políticas – a partir de um modelo de dominação.

O homem sempre teve como seu espaço o público e a mulher foi confinada ao espaço privado, qual seja, nos limites da família e do lar, ensejando assim a formação de dois mundos: um de dominação, produtor - (mundo externo) e o outro, o mundo de submissão e reprodutor (interno). (RITT, 2008, p. 2)

Assim, o espaço ditado socialmente para ocupação do homem é a esfera pública, enquanto a mulher tem seu destino associado à esfera privada. Essa é a base que resulta em desigualdades de oportunidades e na violência de gênero, seja no espaço público ou privado, contribuindo para a dominação masculina e submissão feminina. As funções foram sendo predeterminadas pela construção sócio histórica dos papéis sociais: o homem como quem sustenta a família e a mulher como cuidadora do lar.

Beauvoir assegura que o grande feito do patriarcado não foi por acaso e tampouco resultado de uma revolução, “o privilégio biológico permitiu aos homens afirmarem-se sozinhos como sujeitos soberanos” (1983, p. 97). Enquanto o poder social que ia sendo

atribuído naturalmente ao homem, a mulher estava “condenada a possuir apenas uma força precária: escrava ou ídolo, nunca é ela que escolhe seu destino” (1983, p. 97).

De acordo com a historicidade, o sistema patriarcal é naturalizado, subentendido, ou, de acordo com Santos e Lucas (2015, p. 35):

Há um inconsciente, agora já nem tão inconsciente assim, patriarcal, masculino e heterossexual, que funciona mediante um sistema de comunicações praticamente silenciosas, mas avassaladoramente eficazes na estruturação e dinâmica dos processos de dominação das mulheres pelos homens (...).

Pateman (1993) explica que essa concepção de patriarcado, segundo a qual ele é origem da constituição de uma vida na esfera social, é uma construção literal – paterno – e genérica de patriarcado, relacionada diretamente à suposição do conceito de família. Como ela afirma, “a gênese da família (patriarcal) é frequentemente entendida como sinônimo da origem da vida social propriamente dita, e tanto a origem do patriarcado quanto a da sociedade são tratadas como sendo o mesmo processo” (PATEMAN, 1993, p. 43).

Como Pateman (1993) já declarava, o patriarcado trata de uma forma de poder político que foi ignorado por muito tempo enquanto se discutiam essas mesmas formas. Esse sistema de dominação leva ao silenciamento da mulher, perda de sua autonomia e de sua voz enquanto ser humano e ser político. Esse silêncio forçado não remete a não existência de um discurso feminino, mas sim de discursos masculinos que são reproduzidos e que definem histórico e socialmente a apropriação de corpos – físicos e subjetivos – de mulheres. Naturaliza-se as desigualdades hierárquicas entre homens e mulheres.

Considerando que o meio social atual é proveniente de modo sócio cultural hierarquizado pelo patriarcado, no qual a opressão sofrida pela mulher é a consequência desses aspectos históricos, é inegável que as visíveis desigualdades reproduzem violências físicas e subjetivas nesse cenário opressor, resultando na violação – ou, na não efetivação – dos direitos humanos das mulheres.

É verdadeiro que a trajetória da mulher no decorrer da história do ser humano acaba por ser refletida no meio social atual, na relação ao acesso aos direitos, à independência financeira e ainda no âmbito público, limitando sua participação enquanto ser político em sociedade e faltando na efetivação de seus direitos universais. Essa falta para com as mulheres é aqui atribuída às relações de poder.

2.2 As relações de poder

A investigação sobre o conceito e a atuação do poder não permeia apenas nos mecanismos do comportamento humano. Além do comportamento, há de lembrar que os sujeitos são seres sociais e portanto, políticos; e nesses cenários em que as relações de poder não se limitam. Contudo, o poder a partir de Foucault tampouco pode ser pensado como meio político através do corpo social do seres, caracterizando assim as relações de poder como desiguais. O poder é fluído, é preciso observar o modo e onde ele opera. É preciso focar ao cotidiano da relação em questão.

O poder disciplinar teve papel fundamental para a tarefa do isolamento e da individualização:

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e eficientes. ‘Adestra’ as multidões confusas, imóveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. (FOUCAULT, 1987, p. 143)

O poder disciplinar relata um duo: normal e anormal, dentro e fora. Tudo e todos que fogem da norma – ditada pela sociedade hierárquica – é possível de ser disciplinado e ainda, corrigido. Foucault considera então, o poder como um aspecto positivo, partindo do pressuposto de que ele age perante sujeitos livres que se deixam persuadir, utilizando de técnicas de controle e de correção com o objetivo de transformar os corpos em corpos dóceis e úteis.

Durante o século XVII, o poder é desenvolvido e organizado pelo corpo como máquina, como uma força ordenada: a disciplina. Essa força física foi estimulada para ser adequada ao mercado de trabalho, necessidade do Estado. De acordo com Foucault, é possível perceber que a sociedade patriarcal exerce um controle sob as diversas normas, sobre a vida da população e dos sujeitos –em especial, as mulheres. “Tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população.” (FOUCAULT, 1988, p. 131).

A biopolítica nasce voltada para os processos de massa e sua regulamentação. Ela vai controlar aquilo que limita ou que possibilita a vida dos sujeitos enquanto seres humanos

sociais. Se trata de um poder regulador e disciplinador que abrange vidas e corpos. E para que isso aconteça, a ferramenta essencial é o biopoder: o controle coletivo, e não mais individual.

Essa forma de poder que foi operando em nosso meio social e que caracteriza a esfera social atual, “as disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida.” (FOUCAULT, 1988, p. 131).

Os conjuntos sociais, as manifestações coletivas, as singularidades dos sujeitos que se encontram socialmente dando forma à grupos com semelhanças,

(...) essa série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder.” (FOUCAULT, 2008, p. 3)

O biopoder é mais um instrumento que passa a ser somado ao poder disciplinar, como uma complementação das relações que ditam os comportamentos, ele abre espaço para a governamentalidade que gira em torno da população como grupos sociais e políticos com demandas tão específicas quanto as individuais. Sendo assim, é aberto um espaço para a disciplina aparecer de maneira mais sutil na forma hierárquica de governar:

Digamos para resumir isso tudo que, enquanto a soberania capitaliza um território, colocando o problema maior da sede do governo, enquanto a disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou de séries de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável. (FOUCAULT, 2008, p. 27)

O biopoder entra com a proposta de observar as singularidades do ser humano enquanto ser social e inserido em certo contexto histórico, político e social. Assim, as relações de poder aconteceriam de forma autônoma a partir do contexto situado; no entanto, “o poder é apenas aplicado de cima para baixo” (DREYFUS, RABINOW, 1995, p. 204.), ou de maneira semelhante, o poder acaba por ser exercido pelos dominantes sobre os dominados. Foucault argumenta que a essência das relações de poder não é a dominação em razão dos grupos serem heterogêneos e desiguais.

Entretanto, o sistema abordado nessa pesquisa como o sistema que dita as relações de poder é o sistema patriarcal. As relações de poder observadas dentro desse contexto vão além das havidas entre um sujeito e um saber específico; perpassam pelo corpo social em que cada sujeito está articulado dentro da população como parte de um cuidado coletivo. Sendo assim, os sujeitos estão articulados dentro do patriarcado.

A cultura patriarcal, a apropriação do poder e da obediência dos sujeitos pela autoridade, dominação e controle; foi estabelecido de uma maneira subentendida no cotidiano. O patriarcado é um método de viver em sociedade e um sistema que está acima das regras sociais. É o sistema que gera as regras sociais, limites são estabelecidos para restringir os direitos dos outros. E isso acontece mesmo no biopoder.

A partir de uma reflexão sobre os sistemas totalitários, Foucault (1979) observa que o sistema do biopoder utiliza de preconceitos para a exclusão de minorias tentando conscientizar a partir da sobrevivência humana. Dessa forma, torna-se necessário que certas populações sejam silenciadas; nesse caso, as mulheres.

Enquanto a disciplina, ou seja, o poder disciplinar, atuou sobre o corpo do louco visando o isolamento e a individualização, o biopoder vai direcionar suas atividades ao coletivo, à população enquanto conjunto humano. Assim, o biopoder orienta-se para a regulação da vida das populações em uma tentativa de assegurar a manutenção desse conjunto de seres. É um desdobramento do poder que soma-se à disciplina, um complemento.

Portanto, a partir dos estudos de Foucault na problemática, é possível associar as relações de poder o sistema social patriarcal. O poder está em todas as áreas da sociedade, não é uma concepção limitada. Dessa forma, ele consegue desaparecer sutilmente em sociedade, sendo uma prática social comum e contaminada pelo patriarcado que rege todas as formas de relações de poder.

Em primeiro lugar: não se trata de analisar as formas regulamentares e legítimas do poder em seu centro, no que possam ser seus mecanismos gerais e seus efeitos constantes. Trata-se, ao contrário, de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento. (FOUCAULT, 1979, p. 182).

O patriarcado é um processo de dominação-subordinação, só podendo existir em uma relação social. E o poder existe em relações sociais. O sistema patriarcal se sustenta em uma economia baseada nas relações de poder da produção e da reprodução, “fatores de segregação

e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia” (FOUCAULT, 1988, p. 133). Ele é estabelecido como um contrato social para garantir a opressão de mulheres como um direito político.

Essa operação de dominação e de controle que o patriarcado realiza pode ser entendida desde a concepção de biopoder de Foucault, ou seja, um poder que é caracterizado pela utilização de técnicas que procura controlar os corpos e as populações, e que está presente em muitas instituições sociais com a intenção, mesmo que indireta, de manter os fundamentos do patriarcado.

2.3 Feminismo

Muitos são os fatores que contribuíram para o aparecimento do feminismo brasileiro na década de 1970. Em 1975 a ONU – Organização das Nações Unidas - declarou o Ano Internacional da Mulher que veio sendo trazido pelo cenário norte-americano e europeu. O feminismo brasileiro começa a dar as caras durante o período da ditadura, no qual vozes foram silenciadas e o movimento surge como símbolo de resistência. O reconhecimento da ONU abre espaço para movimentos sociais feministas.

O movimento feminista brasileiro iniciou como “movimento de mulheres” e expandiu-se por camadas populares, logo tornando-se um movimento de várias classes sociais. Inicialmente esse movimento permite um diálogo com a Igreja Católica – oposição do regime militar – e caminha à alianças entre questões de gênero e grupos de esquerda, que não aprovavam a ditadura. Discussões sobre aborto, sexualidade e planejamento familiar eram feitos de maneira privada, ao princípio.

Esses movimentos baseados na existência social das mulheres permitiu que fosse feito um movimento político que as retirasse da exclusão do meio doméstico possibilitando a discussão de gênero e o aparecimento de um novo sujeito político: a mulher em sua condição social.

Ao fim da década de 70, foi possível certa abertura no espaço político para debater temas acerca do feminismo, tanto para a reivindicação de políticas públicas próprias como para a reflexão do lugar social da mulher. As exiladas brasileiras retornam no começo da década de 80 e trazem consigo a influência do movimento feminista europeu, “nos anos 1980 o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada” (SARTI, 2004, p. 42). A especialização na área da saúde e a pesquisa acadêmica sobre a mulher aumentaram consideravelmente.

Já na década de 90, existiu um conflito político que

agravou, de forma marcante, o que constitui um impasse estrutural do feminismo, dado por duas ordens de questões: de um lado, a difícil articulação entre a luta política contra a opressão social e histórica da mulher e a dimensão da subjetividade intrínseca ao teor libertário feminista; e de outro, o já mencionado fato de que o feminismo, embora diga respeito à mulher em geral, não existe abstratamente, mas se refere a mulheres em contextos políticos, sociais e culturais específicos, o que implica recortes e clivagens que dividem estruturalmente o mundo que se identifica como feminino. (SARTI, 2004, p. 43).

O passar dos anos demonstrou que o movimento feminista ainda teria muitos caminhos a serem percorridos em razão de discursos internalizados sócio historicamente contra seus princípios. Essa internalização vai de encontro a lógica de dominação do patriarcado e das relações de poder.

Nos anos 2000, considerada pela mídia como a nova onda do feminismo, surgem debates intelectuais sobre o controle dos corpos femininos, a fragmentação dos mesmos, a imposição de padrões, a indústria da beleza, a prostituição e estudos de gênero, além da influência do capitalismo nesse sistema de controle ao qual chamamos de patriarcado. Nos últimos 18 anos, cresceram: as especialidades na saúde da mulher, as leis que abrangem os aspectos em vulnerabilidade do feminino, os pedidos de educação sexual, e, principalmente o número de pessoas do gênero feminino que passou apropriar-se do movimento feminista como espaço de identidade e reconhecimento.

Fraser (2007) aborda as reivindicações do movimento feminista sob o aspecto econômico basicamente do neoliberalismo e entende que o feminismo possui três fases a nível mundial: a primeira, alcança a América do Norte e a Europa Ocidental, surgindo novos movimentos sociais. A segunda fase é mais evidente nos Estados Unidos, e a terceira ocorre em espaços políticos transnacionais. Dividir os momentos do feminismo pela lógica geográfica é essencial para que torne-se possível compreender os motivos de cada movimento ter acontecido singularmente em cada espaço geográfico e temporal.

Atualmente, no Brasil e em grande parte do mundo, as demandas feministas por reconhecimento crescem. As reivindicações do movimento por justiça e redistribuição de poderes não deixam de existir, mas o reconhecimento das identidades e das diferenças torna-se mais urgente. Com a união da redistribuição e do reconhecimento, Fraser diz necessária uma terceira dimensão: a representação.

“Representação não é apenas uma questão de assegurar voz política igual a mulheres em comunidades políticas já constituídas” (FRASER, 2007, p. 305), mas uma questão de

recolocar discussões sobre justiça e possibilitar que o movimento feminista exista sob um tripé de redistribuição – sob o olhar econômico -, reconhecimento – sob o olhar cultural - e representação – sob o olhar político. Dessa forma, sob o slogan “direitos das mulheres, direitos humanos, feministas ao redor do mundo estão conectando as lutas contra as práticas patriarcais locais a campanhas para reformar o direito internacional” (FRASER, 2007, p. 304) e ter acesso e possibilidades nas áreas econômica, cultural e política.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patriarcado como sistema de dominação de gênero. O biopoder como mecanismo de regulação sobre a vida, agindo sob a lógica patriarcal, ou seja, uma relação de poder de dominação. O feminismo como uma possibilidade de enfrentamento ao biopoder patriarcal que propicia uma luta econômica, cultural e política de efetivação dos direitos humanos das mulheres.

Os direitos políticos e sociais dessa população desnaturaliza a opressão e a dominação, além de melhorar a condição enquanto ser social. Contudo, enquanto o patriarcado for responsável pelas relações de poder sociais, políticas e econômicas, e além disso, for considerado única estrutura possível para as relações sociais dos seres humanos, qualquer direito em exercício que não for vantajoso – no caso, dominante – corre o risco de não ser efetivo. Por essa ótica, não há biopoder que não será controlado por esse sistema hierárquico para efetivar os direitos, já que ele opera sob a lógica do sistema de dominação patriarcal. A libertação das mulheres do contexto dominador do patriarcado é essencial na humanização da sociedade e na concretização dos direitos humanos efetivos das mulheres.

O patriarcado convida e exige que os homens controlem os corpos das mulheres – de maneira social e sexual -, e o biopoder valida esse controle a partir do contexto social levantado pelo próprio patriarcado. Esse processo de dominação e controle masculino não é apenas físico – incitando a violência -, como também é simbólico, de maneira que incide sobre os direitos econômicos, culturais e políticos das mulheres.

O movimento feminista, de acordo com Fraser (2007) reivindica por redistribuição, reconhecimento e representação. Redistribuição, na área econômica, reconhecimento na área cultural e representação na área política. Pensando a efetivação dessas reivindicações torna-se possível pensar em um método de enfrentamento ao biopoder sob a lógica patriarcal, o feminismo inaugura a expectativa de haver uma estratégia de combate e desconstrução desse sistema histórico de dominação.

De acordo com Foucault (1979) o poder faz-se necessário para que existam relações sociais, enquanto Butler (2003) afirma que o poder seja necessário para uma posição de resistência do movimento feminista. O feminismo apropria-se de pequena parte de poder – esse dado pela redistribuição, reconhecimento e representação – para ter possibilidades de enfrentamento direto com um sistema dominante.

Para detentores do poder – seguindo a lógica patriarcal, os homens – é vital – assim como o biopoder – que as reações dos movimentos feministas sejam retaliadas ou silenciadas, a fim de manter uma suposta “ordem”² de dominação dentro da estrutura consolidada do patriarcado. As três áreas nas quais existem reivindicações feministas estão interligadas entre si. O poder que as abrange é naturalizado como pertencente aos homens e institucionalizado nas práticas sociais, na cultura corporativa e na concessão de benefícios a nível de direitos humanos. Ou seja, está normatizado historicamente na estrutura psíquica e mental das pessoas. Valores culturais de subordinação das mulheres estão cravados nas estruturas sociais reguladoras de interação humana, ou o mesmo que nas relações de poder e, mais especificamente no biopoder.

Dessa forma o feminismo não se contenta com mudança de mentalidades, é necessário desconstruir e eliminar os princípios machistas de dominação das instituições e substituí-los por princípios de redistribuição, reconhecimento e representação, abrangendo as grandes áreas de desfalque da determinação de poder das mulheres. A partir da noção de Foucault sobre biopoder, e considerando que esse controle age na lógica de um sistema histórico e social super potente e institucionalizado, o patriarcado, é possível afirmar que o movimento feminista aparece como uma possibilidade de enfrentamento à esse sistema, com capacidade de desconstrução direta, oferecendo identidades e poder às mulheres.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. *Segundo Sexo: fatos e mitos*. 2.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1983.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.

² Aspas da autora

FRASER, Nancy. *Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação*. Estudos Feministas, Florianópolis, maio-agosto/2007, p. 291-308.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, edições Graal, 1988.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

_____. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.

_____. *Segurança, Território, População*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

RITT, Caroline Fockink. *A violência doméstica contra a mulher: Uma afronta aos direitos humanos, direitos fundamentais e a dignidade humana*. In: Fazendo gênero 8 – corpo, violência e poder, 2008, Florianópolis. Anais eletrônicos: Florianópolis: UFSC, 2008, p.1-6.

SANTOS, André Leonardo Copetti; LUCAS, Douglas Cesar. *A (in)diferença no direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015. 259 p.

SARTI, Cynthia Andersen. *O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória*. Estudos Feministas, Florianópolis, maio-agosto/2004, p. 35-50.